

## Liminar da Justiça atrasa divulgação do resultado final da eleição para reitoria da Ufes

O resultado final da eleição para reitoria da Ufes, realizada no dia 29 de setembro, ainda não foi oficialmente divulgado pela Comissão Coordenadora da Pesquisa Eleitoral. Às vésperas da eleição, a pedido do Ministério Público Federal, uma liminar determinou a suspensão da realização do 2º turno das eleições para reitor, sob a alegação de que as regras eleitorais feriam a legislação. Entretanto, a Juíza que concedeu a liminar autorizou a realização do pleito, mas determinou que o resultado não fosse imediatamente divulgado até decisão final da Justiça.

Em reunião dos três conselhos superiores, realizada no dia 13 de outubro, foi decidido que a Ufes irá aguardar uma decisão judicial até o prazo de quinze dias para decidir sobre o desfecho da situação. Uma nova reunião será realizada no dia 31 de outubro. “A fim de não desestabilizar as relações entre a universidade e o Ministério Público Federal, optou-se por aguardar a decisão final da Justiça. Porém, na próxima reunião dos três conselhos iremos tomar uma definição sobre o processo”, explicou o presidente da Comissão Eleitoral, Vitor César Noronha.



## Intervenção da Justiça fere autonomia universitária

Para o presidente da Comissão Eleitoral, Vitor César Noronha, as regras eleitorais foram estabelecidas dentro do princípio da autonomia universitária, garantido pelo Artigo 207 da Constituição Federal. “Avaliamos como negativa essa interferência da Justiça. A participação paritária dos três segmentos da comunidade acadêmica no processo eleitoral faz parte da democracia universitária”, afirmou Vitor.

Para o atual reitor em exercício e candidato mais votado no segundo turno - conforme informações de “boca de urna” feita pelas chapas concorrentes-, Reinaldo Centoducatte,

essa interferência na autonomia da universidade não ocorria há muitos anos. “Várias eleições foram realizadas de forma paritária. O MEC sempre respeitou a autonomia univer-

sitária, nomeando o primeiro nome da lista tríplice, vencedor no processo eleitoral”, afirmou Centoducatte. Ele também disse que não compreendeu os motivos dessa ação do Ministério

Público Federal e espera que a autonomia da universidade seja respeitada. “Nossa expectativa é de que o resultado da pesquisa eleitoral seja acatado pela Justiça”, reiterou Reinaldo.

### Entenda o caso

O Ministério Público Federal moveu uma ação, de autoria da Procuradora da República Elisandra de Oliveira Olimpo, que questionava o fato de a Resolução 02/2011, criada pela Comissão de Pesquisa Eleitoral para a reitoria da Ufes e aprovada pela reunião dos três Conselhos da Universidade, ter estabelecido o voto paritário, com aplicação do peso de um terço para cada segmento. Conforme a Lei 9.192/95, o peso dos votos

da comunidade universitária para a escolha de reitor e vice-reitor são 70% para os professores e 30% para estudantes e técnico-administrativos.

A partir desse entendimento, a Juíza titular da 5ª Vara Cível, Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, concedeu uma liminar que suspendia a eleição para o 2º turno e estabelecia a imediata recontagem dos votos do 1º turno, para que fosse aplicado o peso de 70% dos votos para os

professores e 30% para os demais segmentos. No dia da votação, a Juíza decidiu por autorizar o pleito, mas sem a divulgação dos resultados até decisão final da Justiça.

A Comissão de Pesquisa Eleitoral, respaldada pelas instâncias de decisão da Ufes, entende que a paridade dos votos para a eleição de reitor é possível tendo em vista a autonomia da universidade, direito garantido pela Constituição Federal pelo Artigo 207.

Adufes lança novo portal e amplia interatividade

Campanha nacional reivindica 10% do PIB para educação

Assembleia elege comissão eleitoral para Adufes

# Andes-SN aponta continuidade de mobilização docente após assinatura do acordo

O projeto de Carreira de Professor Federal do Andes-SN, aprovado no 30º Congresso, em Uberlândia (MG), vem sendo apresentado nas mesas de negociação com o Governo Federal. Entretanto, para que haja uma negociação efetiva do projeto, o Sindicato Nacional destaca a necessidade de continuar a mobilização nas bases da categoria.

Na avaliação do vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, a base tem um papel fundamental nas ações de mobilização e de esclarecimento sobre atividades pós-assinatura do acordo. “É importante que a direção local esteja sempre em contato com a base da categoria, tirando dúvidas nas assembleias, promovendo ações que destaquem a construção do nosso projeto de carreira e do

processo de negociação, para que haja o fortalecimento e acúmulo da categoria nessa discussão” destacou.

**Acordo emergencial.** “O acordo assinado pelo Andes-SN no final do mês de agosto não recupera a corrosão dos salários, mas garante a abertura de um processo efetivo de negociação”, avaliou Luiz Henrique Schuch. Segundo o vice-presidente do Andes-SN, o acordo cria elementos positivos em relação à construção da carreira docente, uma vez que formaliza o compromisso do governo com prazos e estipula uma agenda de negociação. Além disso, o acordo emergencial foi estabelecido a partir dos pontos de valorização da carreira propostos pelo sindicato nacional.

Pelo acordo, os docentes conseguiram o reajuste de



Andes-SN assina acordo e abre possibilidade de agenda de discussão sobre carreira docente

4% sobre o total das remunerações para o magistério superior e para o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e a incorporação da Gratificação Específica do Magistério Superior (Gemas) e da Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

(GEDBT) ao vencimento básico. Além disso, foi criado um GT para continuar as negociações, dessa vez tendo como tema a reestruturação da carreira docente.

O acordo de reestruturação da carreira docente está previsto para acontecer até o final do segundo semestre de 2012.

## Novo Portal da Adufes é lançado na Festa dos Professores

A Adufes lançou um novo Portal no dia 21 de outubro, durante a Festa do Dia do Professor. O objetivo do instrumento de comunicação é dinamizar as informações aos associados. O Portal foi produzido pelo Núcleo de Interfaces Computacionais da Ufes (NIC), que é supervisionado pelo professor do departamento de Desenho Industrial, Hugo Cristo, com a assessoria da professora do departamento de Biblioteconomia da Ufes, Rachel Cristina Guimarães.

“O Portal da Adufes faz parte de uma política nacional de Comunicação do Andes-SN, que objetiva aproximar as ações políticas do movimento

docente da base da categoria”, explicou o Secretário Geral da Adufes, Ricardo Behr. Ele disse que, a partir desse debate, as seções sindicais implementaram mudanças em sua estrutura de comunicação. “A comunicação passou a ser vista como uma estratégia para mobilização dos professores”, afirmou Ricardo.

Para o coordenador do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Adufes, Thiago Drumond, o site amplia as possibilidades de debate com a categoria e com a comunidade acadêmica. “Inauguramos mais um espaço de interatividade, onde podemos expressar nossas opiniões”, disse Thiago.



GT de comunicação apresenta novo portal da Adufes

**Interatividade é o diferencial do Portal da Adufes.** O Portal da Adufes tem como princípio básico a interatividade e sua relação com as redes sociais. A nova ferramenta de comunicação do sindicato possibilitará melhor comunicação com os associados por meio da divulgação de

notícias pelo twitter e compartilhamento de eventos por meio do facebook. Além disso, há espaço para participação em enquetes e as fotos dos eventos serão postadas através do Flickr, que agregará mais uma rede social ao site da Adufes.

Acesse o nosso portal:  
[www.adufes.org.br](http://www.adufes.org.br)

# 10% do PIB para a Educação Pública, já! Por quê?

Em julho deste ano, o Andes-SN, em conjunto com outros sindicatos e movimentos sociais, lançaram a Campanha “10% do PIB para a educação pública, já!”, com o objetivo de pressionar o Governo Federal para que amplie a destinação de recursos para a educação pública, tendo em vista que esse é um direito fundamental, constitucionalmente garantido. No entanto, o Estado brasileiro não tem conseguido assegurar esse direito plenamente.

Atualmente, o Brasil possui mais de 14 milhões de analfabetos totais e 29,5 milhões de analfabetos funcionais, de acordo com dados de 2009 do IBGE, o que significa que um quarto da população está alijada da escolarização mínima. Esses analfabetos são basicamente provenientes de famílias de trabalhadores do campo e da cidade, notadamente negros e demais segmentos superexplorados da sociedade. As escolas públicas, da educação básica e superior, estão sucateadas, os trabalhadores da educação sofrem inaceitável arrocho salarial e a assistência estudantil é localizada e pífia.

Há mais de dez anos, os

setores organizados ligados à educação formularam o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira (1997), que, a partir de um diagnóstico da situação da educação, indicou metas concretas para a real universalização desse direito a todos. Entretanto, para que isso se efetivasse, seria necessário um mínimo de investimento público de 10% do PIB nacional. Naquele momento, o Congresso Nacional aprovou 7% e, mesmo assim, esse percentual foi vetado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e mantido pelo governo Lula da Silva. Hoje, o Brasil aplica menos de 5% do PIB nacional em educação. Desde então, já se passaram 14 anos e a proposta do PNE atualmente em debate no Congresso Nacional define a meta de atingir 7% do PIB na Educação apenas em 2020.

O argumento do Ministro da Educação é de que não há recursos para avançar mais do que isso, pois investir desde já 10% do PIB na educação implicaria um aumento dos gastos do governo em torno de 140 bilhões de reais. Entretanto, de acordo com o Tribunal de Contas da União, só no ano de



2010 o governo repassou aos grupos empresariais 144 bilhões de reais na forma de isenções e incentivos fiscais. Mais de 40 bilhões estão prometidos para as obras da Copa e Olimpíadas. O Orçamento da União de 2011 prevê 950 bilhões de reais para pagamento de juros e amortização das dívidas externa e interna. O problema não é falta de verbas públicas. É preciso rever as prioridades dos gastos

estatais em prol dos direitos sociais universais.

Por essa razão, a Campanha “10% do PIB para a educação pública, já!” é um instrumento para realizar o debate da educação com a população e também para pressionar as autoridades competentes a decidir sobre a questão. Apenas com a organização dos segmentos da educação e movimentos sociais essa bandeira poderá ser garantida.

## Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN discutirá produção científica no século XX

Nos dias 17 e 18 de novembro, o Andes-SN irá realizar o Seminário Nacional sobre Ciência e Tecnologia, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (DF). A atividade pretende debater a produção de ciência e tecnologia no Brasil, América Latina e no mundo, além de pautar a discussão a respeito das fontes de financiamento da pesquisa.

De acordo com o Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, as universidades públicas concentram a maior parte dos pesquisadores, o que torna necessária a abordagem sobre as cobranças por produção científica, bem como as conseqüências advindas da intensificação do trabalho acadêmico.

De acordo com o presidente

da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, o GT de Ciência e Tecnologia da Adufes irá se reunir antes desse encontro para discutir temas que serão abordados no seminário. “Esperamos fazer uma boa discussão local para que aqueles que participarem do evento possam levar nossas contribuições. Também esperamos que, após o seminário,

os professores estejam motivados a continuar a discussão no âmbito da UFES”, afirmou Rocha. Ele disse que esse evento é bastante oportuno, pois além de tratar da questão da valorização da pesquisa e do seu financiamento, abordará a questão do trabalho docente e produção do conhecimento, que está muito ligado à discussão da carreira docente.

# Festa do Dia do Professor é marcada por animação

No dia 21 de outubro, foi realizada a Festa do Dia do Professor, na sede da Adufes. A ocasião foi marcada por muita animação, ao som do cantor Di Moraes e dos Dj's Emerson e Rogério. Além do lançamento do novo site da Adufes, a festa contou com o sorteio de brindes para os professores.

**Campi do interior.** Em São Mateus, a festa do Dia do

Professor ocorreu no dia 18 de outubro, no Clube dos Empregados da Petrobrás. Ao som de Paulinho Show, os professores divertiram-se em um jantar dançante. Para a professora do Ceunes, Laura Marina Pinotti, a festa estava muito boa, com comidas gostosas e animação. "A festa nos campi do interior é uma forma de integração e entretenimento dos professores", afirmou Laura.



Professores comemoram seu dia ao som dos DJs Emerson e Rogério

## Adufes negocia com DRH envio de lista única do auxílio saúde

A Adufes conseguiu negociar com o Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Ufes a entrega de uma lista única com as informações do pagamento do plano de saúde pelos associados para a universidade. Dessa forma, os professores que solicitam, mensalmente, o auxílio de caráter indenizatório, não precisarão mais entregar o formulário com a cópia do boleto pago nos seus respectivos departamentos. Essa ação será feita diretamente pelo sindicato com o DRH.

No entanto, os professores

que ainda não solicitaram o auxílio de caráter indenizatório do plano de saúde e queiram fazê-lo devem se dirigir à sede da Adufes. O ressarcimento só será pago a partir do mês de abertura o processo.

**Recebimento de boletos.** A Adufes lembra aos associados usuários da Unimed que aqueles que não receberem o boleto de pagamento do plano até dois dias antes do vencimento devem procurar o sindicato para impressão de nova via. O não recebimento do boleto não isenta os usuários do pagamento de juros e de multa.

## Assembleia elege comissão eleitoral

Em assembleia geral da Adufes, realizada no dia 21 de outubro, foi escolhida a comissão eleitoral que irá coordenar as eleições para o sindicato. Os professores Anderson Soncini Pelissari, Antonio Luiz Rosa e Marison Luiz Soares

são os titulares da comissão. O professor Marcelo Martins Barreira é o suplente.

A comissão irá elaborar as regras do pleito e organizar o processo eleitoral. A votação está prevista para o dia 30 de novembro.



Adufes inicia processo eleitoral para diretoria do sindicato.

## NOTÍCIAS DO JURÍDICO

### Justiça determina devolução de valores descontados ilegalmente

A Assessoria Jurídica da Adufes, no mês de outubro, foi intimada do depósito de valores em favor de 10 docentes filiados. Trata-se

de Mandado de Segurança impetrado no ano de 2006, no qual se objetivava a restituição de valores descontados ilegalmente. Os docentes beneficiados são: Cleto Jose Firme da Silva; Clo-

tilde Castro Toffoli; Daltamir dos Santos; Denise Maria Simões Motta; Dilma Sales de Barros Goes; Dilzete Alves Vieira Dias; Dinah Machado Campos; Dolores Pereira do Val; Dora-

lina Fernandes de Assis; Edinar Induzzi.

A Assessoria pede a tais professores que, caso não tenham sido ainda contactados, entrem em contato com a Adufes.

## EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN  
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.  
ES CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax: 27. 3227.3908  
www.adufes.org.br  
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto  
presidente

vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini  
tesoureiro geral

Temístocles de Sousa Luz  
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr  
secretário geral

Mariane Lima de Souza  
1ª secretária

Valter Pires Siqueira  
1ª suplente

Edinete Maria Rosa  
2ª suplente

3ª suplente

Bernardete Gomes Mian  
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)  
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 3.000 exemplares